

Inquérito proposta pelo Requerimento N° 1574/2024, **DEFIRO** tal proposição e determino o seu envio para publicação oficial.

Em seguida, nos termos do art. 61, § 4º, do Regimento Interno, **DESIGNO** como membros da Comissão os seguintes Vereadores:

1. Vereador PPCell – PDT;
  2. Vereadora Kátia Rodrigues – PDT;
  3. Vereador Danilo Lopes – PSD;
  4. Vereador Pedro Matos – AVANTE;
  5. Vereador Júlio Brizzi – PT;
  6. Vereador Ronaldo Martins – REPUBLICANOS;
  7. Vereador Márcio Martins – UNIÃO.

Fortaleza, 29 de abril de 2024.

**Vereador Gardel Ferreira Rolim  
PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA**  
\*\*\* \*\*\* \*\*\*

## REQUERIMENTO N° 1575/2024

Requer a instalação de  
Comissão Parlamentar de  
Inquérito para averiguar os  
serviços de abastecimento de  
água, coleta e tratamento de  
esgoto no Município de  
Fortaleza.

**EXMO. SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE  
FORTALEZA,**

Os Vereadores abaixo-assinados, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, em especial o art. 61 do Regimento Interno, requer a instalação de Comissão Parlamentar de Inquérito para averiguar os serviços de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto no Município de Fortaleza. Mesmo com o advento de uma das maiores Parcerias Público-Privada (PPP) do país, atuando em nosso município com metas estabelecidas pelo novo Marco Legal do Saneamento, a cidade de Fortaleza ainda carece de excelência na prestação de alguns serviços operacionais em saneamento básico, tanto os de natureza pública quanto os de natureza privada, sejam eles, serviços de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto.

Há necessidade constante de modernização, revitalização, ampliação e manutenção do sistema de abastecimento e esgotamento sanitário, tendo em vista o crescimento populacional, imobiliário e a expansão de grandes empreendimentos e investimentos em Fortaleza.

Na prática não se observa a “democratização” dos serviços de abastecimento e esgotamento sanitário, onde ainda existem regiões na periferia da cidade que carecem de infraestrutura mínima para garantir o bem tão precioso que é a água potável para o consumo humano, outros usos e finalidades.

Observamos ainda que o desperdício e a perda de água através de ligações clandestinas (fraudes) e/ou sinistros (vazamentos) no sistema de distribuição, são alguns dos fatores determinantes para o aumento das tarifas praticadas atualmente, o que demonstra claramente a ausência de investimentos na ampliação das equipes de fiscalização, monitoramento e recuperação da rede de distribuição, sendo portanto, prejuízo e transtorno aos usuários dos serviços.

É inquietante os embaraços que o desabastecimento de água e a cobrança de altas tarifas causam numa metrópole com cerca de 3 milhões de habitantes que, em sua maioria, depende plenamente dos serviços públicos anteriormente mencionados. Mais ainda nos incomoda, que o usuário venha sendo penalizado pela ausência da aplicação de recursos e esforços por parte dos órgãos e empresas competentes.

Este assunto vem sendo pautado frequentemente, gerando acirradas discussões no Plenário desta Augusta Casa Parlamentar, principalmente através de denúncias e calorosos debates por partes de diversos vereadores, como se pode observar na condução de reuniões temáticas organizadas pelo Vereador Lúcio Bruno e publicizadas pelos mais diversos meios de comunicação da nossa cidade.

<https://blogdoedisonsilva.com.br/2023/10/lucio-bruno-critica-reajuste-nas-contas-de-agua-da-cagece-pare-de-sacrificar-o-povo/>  
<https://www.cmfor.ce.gov.br/2023/03/14/comissao-de-fiscalizacao-da-cmfor-se-reune-com-cagece-e-orgaos-de-defesa-do-consultor-na-proxima-quinta-16/>  
<https://www.opovo.com.br/noticia/politica/2023/12/05/relatorio-da-cagece-sobre-resultado-de-fortaleza-esquenta-debate-na-camara.html>

<https://www.opiniaoce.com.br/cmfor-recebe-cagece-para-debater-execucao-de-obrasna-capital-e-aumento-nas-tarifas-de-agua-e-esgoto/>

Pelos argumentos apresentados e por entender que o caso se enquadra perfeitamente nos fundamentos necessários elencados na legislação, é que propomos a instalação de **Comissão Parlamentar de Inquérito para averiguar os serviços de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto no Município de Fortaleza.**

**DEPARTAMENTO LEGISLATIVO DA CÂMARA MUNICIPAL  
DE FORTALEZA, EM \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_ DE 2024.**

## Assinam o documento

Francisco Márcio Martins Barbosa  
José Alberto Bastos Veira Júnior  
Julierme Lima de Sena  
Jorge Luiz Cavalcante de Brito Pinheiro  
Priscila Bezerra da Costa  
Ana Maria Teixeira Matos de Sousa  
Regina Cláudia Tabosa Ferreira Gomes  
Francisco Mangueira Sobrinho  
Diógenes Madeira  
João Germano Medeiro  
José Iraguassí Teixeira Filho  
Moura Taxista  
Paulo Victor Araújo Martins  
Pedro Ferreira Mesquita Filho  
Raimundo Cunha Filho  
Veríssimo dos Santos Freitas  
\*\*\* \*\*\* \*\*\*

## DESPACHO

## Requerimento N° 1575/2024

**Assunto:** Designação de membros de Comissão Parlamentar de Inquérito

Considerando os fundamentos e as conclusões do Parecer Nº 0003/2024/COGEL, e tendo em vista que restam cumpridos os pressupostos regimentais e constitucionais de admissibilidade para a criação da Comissão Parlamentar de Inquérito proposta pelo Requerimento Nº 1575/2024, **DEFIRO** tal proposição e determino o seu envio para publicação oficial.

Em seguida, nos termos do art. 61, § 4º, do Regimento Interno, **DESIGNO** como membros da Comissão os seguintes Vereadores:

1. Vereador Lúcio Bruno – PDT;
  2. Vereador Iraguassú Teixeira – PDT;
  3. Vereadora Tia Francisca – PSD;
  4. Vereadora Ana Aracapé – AVANTE;
  5. Vereador Gabriel Aguiar – PSOL;
  6. Vereadora Priscila Costa – PL;
  7. Vereador Cláudia Gomes – PSDB.

Fortaleza, 29 de abril de 2024.

**Vereador Gardel Ferreira Rolim**  
**PRESIDENTE DA CAMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA**  
\*\*\* \*\*\* \*\*\*